

SOUSA GALITO, Maria (2018). “Cassandra Moderna – Há quem avise, mas não seja escutada!”. *CI-CPRI*, Artigo de Opinião, N.º 41, Maio, pp. 1-4.

**CI-CPRI**



## Cassandra Moderna

*Há quem avise, mas não seja escutada!*

### Passado

Tudo começou em 1998, na Licenciatura em Economia, quando eu frequentava as aulas de *Economia Monetária e Financeira*. O Tratado de Maastricht fora assinado em 1992 e alguns países da comunidade europeia preparavam-se para aderir à moeda única. Ao estudar as matérias, percebi que a convergência económica era ilusória, nalguns casos forçada ou baseada em contabilidade criativa. Poucos Estados cumpriam os critérios do *Pacto de Estabilidade e Crescimento* e, se o faziam, comprometiam-se com eles apenas no curto prazo. Portugal investira tudo na CEE desde 1986 e passara a depender em mais de 80% do mercado comunitário, mas era dos menos favorecidos pela iniciativa, enquanto mercado pequeno e pouco industrializado, habituado a compensar vulnerabilidades com políticas keynesianas (indesejadas pelas novas regras de austeridade financeira); porque a transparência de preços, proporcionada pela moeda única, demonstrava que o país era pouco competitivo, para além de periférico (os modelos gravitacionais comprovavam-no, pois quanto maior a distância, mais elevados eram os custos de transporte); porque abdicava de um instrumento que sempre fora útil em períodos de crise (a desvalorização da moeda); e se colocava na dependência total de uma instituição financeira supranacional (futuro Banco Central Europeu) de inspiração alemã (baseado no *Deutsche Bundesbank*), que satisfazia as necessidades dos mercados do centro/norte, mas não do sul. Com a agravante do Euro nascer (como moeda escritural em 1999, passou a circular em 2002) num espaço heterogéneo e com pouca coesão económico-social entre regiões, antes de um grande alargamento a leste, desenvolvido em duas fases (2004 e 2007), para incluir doze países que haviam declarado independência após o colapso da União Soviética. A decisão de matriz geopolítica acarretava elevados riscos, pois obrigava a ajustamentos céleres, onde não havia suficiente convergência económica, cultural e social (entre os candidatos e, no conjunto, entre todos). Polónia, República Checa, Hungria, Eslovénia, Eslováquia, Estónia, Malta, Chipre, Letónia e Lituânia e, depois, Bulgária e Roménia, rivalizavam com Portugal nos fundos estruturais e na maior parte sectores de produção e, em média, possuíam mão-de-obra mais instruída e barata. Fiquei preocupada e decidi alertar para os desafios de tantas mudanças num tão curto espaço de tempo. Quando expliquei a minha posição ao professor da disciplina, ele não gostou e penalizou-me na nota. Os meus colegas fizeram ouvidos moucos. Mas o tempo deu-me razão. O Euro devia ter avançado mais tarde ou envolvido menos países. Há questões que não podem ser planeadas apenas burocraticamente. A vida não é uma folha Excel.

Em 2002, decidi tirar pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais. No rescaldo do ataque terrorista nos EUA (2001) e de uma intervenção militar apressada no Afeganistão (2001), discutia-se a existência de armas de destruição maciça no Iraque e o fim da *Era de Mercúrio* (mundo pós-Guerra Fria de desanuviamiento entre potências, com menos conflitos e mais centrada no comércio internacional). Por isso escrevi um trabalho para a disciplina de *Teoria das Relações Internacionais* a alertar para o potencial aumento do terrorismo internacional, agora que meros delinquentes, que deviam ser considerados criminosos e não *guerreiros* (não havia provas de apoio direto de qualquer Estado, nem declaração de guerra de nenhum país), se sentiam no direito de criar medo em qualquer lugar e sob falsos pretextos (neste caso, religiosos, de guerra santa). George W. Bush, ao declarar guerra mundial ao terrorismo e ao ameaçar invadir fronteiras e mudar regimes políticos (desrespeitando a soberania dos povos), parecia empolar um problema que apenas se tornava maior quanto mais se arrastava no tempo e provocava mais vítimas. Os EUA queriam velar pela sua segurança e convenciam os aliados que agiam em prol de todos, mas geravam tanto antagonismo à sua volta que o resultado só podia ser o oposto. Ao assistir, pela televisão, às manifestações de milhares de pessoas por todo o mundo contra a intervenção militar no Iraque (2003), partilhei as minhas opiniões com o professor de *Estudos de Segurança Internacional*. Ele admirava W. Bush, nem sequer me respondeu mas, na aula seguinte, levou para a sala um mapa do Iraque, com bonequinhos de plástico, quais soldados, para explicar táticas de conquista do território pelas forças dos EUA. Ainda desabafei a minha perplexidade, em vão.

Eu já era professora quando se deu a crise do supprime (2008) que rapidamente alastrou de Wall Street ao mundo inteiro. Lembro-me de explicar as causas e as potenciais consequências geoeconómicas do processo em seminários/palestras pouco frequentadas e, nas aulas, a discentes que pareciam mais preocupados em saber o que saía para o teste do que em ouvir falar da ascensão dos BRICS ou na nova era multipolar. Na época, eu trabalhava em Universidades privadas onde havia o culto do aluno-cliente (quando o mais importante devia ser o conhecimento), pelo que cheguei a ouvir uma delegada de turma que, nunca tendo frequentado qualquer aula minha, apareceu na véspera do teste para me ameaçar dizendo que, ou eu fazia o exame fácil, ou os alunos optavam pela avaliação do professor da tarde (um veterano que lecionava Economia com pouca matemática), uma chantagem à qual eu não cedi. Também nunca fui favorável à creditação de experiência profissional permitida pelo Processo de Bolonha (1999), que atribui créditos do ECTS em áreas científicas e unidades curriculares em função de conhecimentos, capacidades ou competências adquiridas fora dos institutos de ensino superior, pois gera arbitrariedades na atribuição de títulos académicos e, em consequência, uma série de injustiças no mercado de trabalho.

No início de 2010, escutei uma palestra de António Costa Silva que alertava para as tensões político-sociais que havia no Magreb. Comecei a ler sobre o assunto, por isso, não fui apanhada de surpresa pela chamada *Primavera Árabe*. Depois conclui que o processo gerava conflitos que o transformavam num Inverno sangrento; que não era apenas árabe e se disseminava rapidamente para lá do Mediterrâneo; e que o movimento era perigoso numa região de cultura tribal, onde uma Democracia de inspiração europeia teria dificuldade em vingar. Os meus alunos ouviram-me. Mas os meus colegas pareciam fascinados pelo novo *25 de Abril dos nossos amigos* e, por razões ideológicas, não queriam abrir os olhos para a realidade.

Nem a forte pressão migratória foi alerta suficiente, pois havia relutância em sequer debater a questão. Avaliar sociologicamente as migrações do ponto de vista teórico, não era o mesmo que lidar com uma vaga de milhões de pessoas desesperadas, sem trabalho e de culturas diferentes (nalguns casos incompatíveis com a tradição europeia, se favoráveis a questões relacionadas com a burca, a castração feminina, a poligamia ou a pena de morte). O drama dos refugiados (não só, alguns eram imigrantes normais) era grande, mas também o impacto político-social nas regiões de acolhimento. Turbas geram sempre efeitos, mesmo quando são pacifistas, pois exigem ajustamentos de parte a parte. A União Europeia ficou, num curto espaço de tempo, sob alerta securitário. Houve reações extremadas na Polónia e na Hungria. Nas eleições francesas e alemãs (no coração da construção europeia), apesar de tudo, os resultados foram mais moderados, mas nada garante que, no futuro, a balança não penda para solução mais radical.

O Brexit e a eleição de Donald Trump, em 2016, geraram muita surpresa. Mas era tudo mais do mesmo. Eu acertei nos dois resultados, pelo simples facto de estar atenta ao que se passava. Os ingleses (mais do que os britânicos em geral, pois a casa real é inglesa) tentaram proteger-se de políticas migratórias e multiculturalistas que, no entender deles, punham em causa o seu estilo de vida. Nos EUA, a luta de poder entre *lobbys* é tremenda e há quem não tolere mais a pressão do politicamente correto. Eu vivi em Washington DC durante cinco meses (em 2005) e recordo muito bem as dinâmicas sociais, em parte transmitidas pelos meios de comunicação, mas sobretudo sentidas no dia-a-dia e que não passam despercebidas, pois são tensas e profundamente enraizadas.

O que me confundiu foi a forma como os mercados reagiram ao Brexit. Admiti que a saída do Reino Unido da União Europeia poderia criar uma crise semelhante à dos PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha) ou até da crise financeira em 2008, mas não foi tão mau quanto seria de prever. A praça financeira de Londres, até agora, soube controlar os efeitos e tem evitado uma tragédia na Grã-Bretanha e, por arrasto, na Commonwealth. Há incerteza, há dificuldades, mas nada de irremediável. Esta questão é importante, pois confirma que em Bruxelas, afinal, sempre havia uns que eram filhos e outros enteados.

Os idealistas políticos decidiram que, perante as dificuldades, o mais indicado era aprofundar a integração europeia. Fez-se a adesão da Croácia em plena crise económico-financeira (2013), ainda Portugal era supervisionado pela *Troika* (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI, entre 2011/14). Investiu-se numa União Bancária em três fases, para implementar o Mecanismo Único de Supervisão, o Mecanismo Único de Resolução e o Sistema Único de Garantia de Depósitos. Há já quem proponha listas transnacionais para o Parlamento Europeu ou a criação de um Exército Europeu.

Numa Federação Europeia, Portugal perderá totalmente a independência da sua política externa, margem de manobra para ser um moderador internacional, importará os inimigos geoestratégicos das grandes potências (alguns dos quais, nossos aliados) e aspirará, enquanto estado periférico não soberano, à categoria de Flórida (destino turístico) ou de Alasca (destino de pescas). O que é paradoxal para um Estado-Nação (um Estado/uma Nação/uma Língua – raridade na União Europeia, pois a maior parte dos membros têm várias nações dentro das suas fronteiras) que nasceu no séc. XII e foi império global entre 1415 e 1999.

Em Abril de 2018, numa das conferências do CCB, ouvi dizer a um Ministro português, na companhia de Martin Schultz (alemão), que ele era favorável à criação dos Estados Unidos da Europa e que, na sua opinião, os EUA estavam duzentos anos *à nossa frente*. É estranho que um país de outro continente, tão jovem, ex-colónia e armado até aos dentes), e com todos os problemas político-sociais que tem, sirva de exemplo. Mas a questão nem sequer é essa. As instituições supranacionais, em Bruxelas, têm como exemplo a Alemanha, uma República Federal traumatizada por duas guerras vencidas (GM I e II) e reunificada apenas em 1990, que pouca soberania tem delegado porque pouca tinha, após décadas de humilhação (por ser o país do Adolf Hitler) e de interferência externa. A ideia da Alemanha e dos seus dirigentes é germanizar a Europa, pois tal sistema económico-financeiro tem beneficiado o seu país (ajudou a pagar a reunificação), mas por enquanto é pacifista. A França, o braço armado, poderá ambicionar uma federação para, através de listas transnacionais e de um futuro *governo francês forte*, governar nações que, por via militar, não conseguiu conquistar no séc. XIX ou manter sob a sua alçada. O Reino Unido não consegue sobreviver fora da União Europeia, portanto, pode ser obrigado a fazer a Bruxelas, no futuro, o que fez a Napoleão no passado, na sequência do bloqueio continental.

Numa Federação Europeia, Portugal corre o risco de desintegrar-se. Os seus arquipélagos tenderão a associar-se a outras ilhas; e uma regionalização favorecerá o aparecimento de um norte e de um sul (o que poderá desencadear crises como as da Catalunha e do País Basco, grosso modo correspondentes a antigos reinos, antes do nascimento da Espanha). Sem esquecer, que Portugal continental se mantém unido desde o reinado de D. Dinis (séc. XIII, quando se deu a anexação dos Algarves) e que as atuais agruras decorrentes do êxodo rural não se resolvem com barões assinalados que querem feudalismos e tachos e, cujas rivalidades, dita a história, costumam criar mais problemas que soluções.

Há anos que Portugal vai a reboque de interesses externos, porque a elite quer pertencer ao *grupo da frente*, mas no Diretório não há cadeira para o nosso país, por melhor aluno que seja. Agradece os *ratings* favoráveis das agências internacionais, mas dívida pública nos 130% do PIB não deixa de ser bancarota! Perdeu centros de decisão nacionais, ficou na dependência económica externa (e, também, política, porque quem não tem dinheiro não manda!), sobretudo agora que o poder financeiro foi transferido para Madrid (e os Estados que negociam connosco já se aperceberam disso, inclusive lusófonos). Angola quer substituir-nos por Espanha. A China quer colonizar-nos através da sua nova rota da seda (OBOR). Portugal descuroou o interior (visto da Alemanha, o nosso jardim parece todo plantado junto ao mar!) e abandonou os mais vulneráveis à solidão, à falta de expectativas ou à emigração, às máfias dos incêndios ou aos tráficos (de armas, de pessoas, de influências) que se escondem. Portugal exporta cada vez mais e devotou-se aos serviços, em especial ao turismo, mas o sistema só promove o desenvolvimento sustentável quando regulado, se impedir bolhas imobiliárias e que as cidades se tornem parques temáticos (em Veneza e em Roma mal se consegue residir!). Portugal deve preservar os valores do Estado de Direito Democrático, resolver os seus problemas antecipadamente (em economia, as crises são cíclicas, outras virão), velar pelo interesse nacional, aprender a lidar com um mundo em mutação rápida e proporcionar o máximo bem-estar possível ao seu povo para que ele não se radicalize (como outros na Europa estão a fazer!). Não deve esquecer os avisos de Cassandra, que alertou para os perigos do cavalo de madeira às portas de Troia. Ainda vamos a tempo de evitar o pior!